

TEORIA DOS FATORES DE PRODUÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Lucas Milanez de Lima Almeida⁽¹⁾, Nelson Rosas Ribeiro⁽³⁾.

Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Departamento de Economia/MONITORIA

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a teoria dos fatores de produção, que explica as formas de distribuição da riqueza na sociedade capitalista. Isso é feito através de um embate com a teoria marxiana. Para iniciar o estudo daquela teoria se fez necessária a identificação de sua base, a teoria do valor utilidade. As discussões sobre cada aspecto considerado relevante foram feitas quando se fez necessário, mas sem a perda do fio condutor da análise.

Palavras-Chave: Teoria dos fatores de produção, Teoria marxiana, Conteúdo e formas de manifestação.

1 – INTRODUÇÃO

Desde o surgimento dos primeiros “homo”, a raça humana enfrenta o desafio de obter os meios que, assumindo uma forma qualquer, tenham a capacidade de satisfazer as suas necessidades, sejam estas físicas ou psíquicas. Estes objetos, por sua vez, são chamados de bens (MARX, 1996).

Até determinado desenvolvimento da sociedade, a atividade humana se reduzia à coleta e à caça, sem necessitar muito conhecimento das leis naturais que regem a vida dos seres vivos. Mas a partir de determinada quantidade de informações adquiridas sobre a natureza, a humanidade deu saltos qualitativos em relação à capacidade de dominar o mundo à sua volta, aumentando suas possibilidades de conseguir os bens que lhes são precisos.

Entretanto alguns deles são fornecidos pela natureza, outros não. Os que não são obtidos naturalmente tinham que ser produzidos através da utilização dos meios de produção (terra, gado, moinho, ferramentas, etc.) pelos seres humanos, sendo, portanto, produtos do trabalho humano. Segundo Marx o trabalho tem um duplo caráter, um representado pela capacidade comum a todos os homens de agir sobre a natureza e outro representado pela habilidade de lhe dar nova forma. Ao trabalho despido de qualquer natureza específica ele chamou de trabalho abstrato e ao seu produto chamou valor. Enquanto ao trabalho que cada profissional exerce, de acordo com suas aptidões e instrumentos, chamou de trabalho concreto, e ao seu produto, forma palpável assumida pelo valor, valor de uso (Ibid.). Logo, o fruto do trabalho humano é valor, por ser dispêndio de força humana, e valor de uso, por ter uma forma física com determinadas propriedades.

Através dos tempos foram desenvolvidas várias formas de conhecer, modificar e, principalmente, repassar aos descendentes as informações obtidas através das experiências vividas. E o desenvolvimento dos meios de comunicação permitiu que a quantidade de elementos dominados por uma determinada tribo primitiva se transformasse em qualidade, ao passo que os dados repassados ao resto da comunidade diminuía as dificuldades na

¹⁾ Bolsista, ⁽²⁾ Voluntário/colaborador, ⁽³⁾ Orientador/Coordenador ⁽⁴⁾ Prof. colaborador, ⁽⁵⁾ Técnico colaborador.

obtenção de alguns produtos, e davam também maior liberdade de tempo aos outros para que estes criassem novas técnicas de produção e fossem em busca de outros bens menos acessíveis. Além disso, foi possível uma divisão natural do trabalho entre os mais hábeis em relação a determinadas atividades cotidianas (MARX, 1975).

Graças ao desenvolvimento da produção por hora trabalhada, com a criação e utilização de instrumentos, os homens começaram a produzir em quantidades cada vez maiores, até que começaram a obter um produto excedente. Este produto que restava e tinha forma material, não trazia mais satisfação aos seus produtores, não tinha valor de uso para seu possuidor, mas também representava trabalho humano, tinha valor, entretanto excedente e inútil, o qual logo seria desperdiçado se não assumisse outra forma, ou seja, fosse trocado. O objetivo das trocas era, então, a aquisição de produtos que tivessem seu valor de uso reconhecido por outros produtores possuidores de objetos que não tinham a capacidade de satisfazê-los. Esta relação deveria ser mútua e só existia por causa da necessidade que tais objetos supriam. (MARX, 1996).

O surgimento da contradição entre valor e valor de uso no interior do produto do trabalho humano o fez tomar nova forma, a qual parece ter vida própria e transforma seu produtor em seu dependente, pois não pode consumi-la: a forma de mercadoria (Ibid.). Porém esta serviu de catalisador para o desenvolvimento da atividade produtiva do ser humano, graças à possibilidade de diversificação dos produtos de algumas tribos, as quais puderam obter cada vez mais utensílios e instrumentos para o desenvolvimento da produtividade de seus povos. Serviu também para criar o embrião do fenômeno que hoje conhecemos como globalização:

A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior das comunidades, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. [...] Nesse meio tempo, se consolida pouco a pouco, a necessidade por objetos de uso estrangeiros. A constante repetição da troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto social seja intencionalmente feita para a troca. (MARX, 1996, p. 213)

A troca de mercadorias foi o aditivo para o florescimento dos modos que o homem utilizou para modificar a natureza. Ela trouxe consigo a divisão técnica e social do trabalho, na medida em que as comunidades iam se especializando em determinadas atividades e aumentando sua produtividade, possibilitando desta forma aumentar seu excedente e, em seu bojo, as possibilidades de comércio.

Os homens organizaram de diversas formas sua força de trabalho para produzir e distribuir seus bens: modo de produção primitivo, modo de produção escravagista, modo de produção feudal, etc. Todos eles tinham uma forma clara de criação e distribuição da riqueza, fundamentalmente baseada na produção para o próprio consumo, mas não eliminando a existência das trocas: no modo de produção primitivo o trabalho era comunal e toda produção era dividida entre todos; no modo de produção escravagista os escravos trabalhavam nas atividades consideradas vergonhosas e para si, sendo que o produto do seu trabalho ficava

nas mãos de seus respectivos donos; no modo de produção feudal os servos trabalhavam para si e para “pagar” a proteção secular dos cavaleiros e a proteção divina do clero (LANGE, 1986). Entretanto, a característica fundamental do modo de produção capitalista é a existência de apenas duas classes: a dos possuidores dos meios de produção, os capitalistas ou burgueses, e a dos não possuidores dos meios de sobreviver, os proletários. No capitalismo os trabalhadores não têm como obter os bens necessários à sua criação e recreação, salvo sob a condição de vender a única coisa que têm a oferecer, sua força de trabalho, visto que não tem os meios de produção para trabalhar, sua capacidade de trabalho lhe é inútil (MARX, 1996). Ela é vendida ao capitalista, o qual tem o papel de juntar os fatores de produção que, em conjunto, criam a riqueza neste tipo de sociedade. Quando se faz necessário o empresário toma emprestado o capital, a qual tem a função de financiar a atividade produtiva, e pode empregar também terras alugadas de outrem. Por este ato de criação de riqueza o trabalhador é remunerado pelo salário; o capitalista pelo lucro; o dono do capital emprestado pelo juro; e o dono da terra pela renda da terra (SAMUELSON, 1975). Esse processo de distribuição da riqueza é o objeto de estudo a teoria dos fatores de produção e será também o nosso durante todo o trabalho. Mas antes de estudarmos a teoria em si, devemos descobrir suas origens.

2 – A TEORIA SUBJETIVA DO VALOR (E DA UTILIDADE)

2.1 – UTILIDADE x SATISFAÇÃO

Criada por Jean Baptiste Say e publicada pela primeira vez em 1803 no seu Tratado de Economia Política, a teoria do valor utilidade, ou teoria subjetiva do valor, diz que:

O valor que os homens atribuem às coisas tem seu primeiro fundamento no uso que delas podem fazer. Umas servem como alimento, outras como vestuário; algumas nos defendem dos rigores do clima, como as casas; outras, como os ornamentos, os produtos de beleza, satisfazem gostos que são uma espécie de necessidade. Seja como for, permanece sempre verdadeiro que os homens atribuem valores às coisas em virtude de seu uso: o que não serve para nada não tem preço nenhum.

A essa faculdade que possuem certas coisas de poderem satisfazer as diferentes necessidades humanas, permitam-me chamar de *utilidade*. (SAY, 1986, p. 68, grifo do autor)

Nestas afirmações há uma dubiedade, pois Say confunde o conceito de utilidade e satisfação. Quando ele afirma que utilidade é a “... faculdade que possuem certas coisas de poderem satisfazer as diferentes necessidades humanas...” considera que estes objetos assumem uma forma específica e têm propriedades objetivas (como uma mesa, um fogão, um trator, etc.). Mas na medida em que diz “O valor que os homens atribuem às coisas...” afirma que utilidade é sinônimo de satisfação.

Para os economistas existem dois possíveis significados para a palavra utilidade, um no âmbito da produção e outro no do consumo. O primeiro é objetivo, através da criação de coisas pelo trabalho humano, assumido uma forma concreta. Levada ao mercado, esta coisa dotada de propriedades físicas deve ser reconhecida como útil e ser trocada por outra (na nossa sociedade o dinheiro). Ao sair do mercado, seu novo proprietário irá consumi-la, transformando assim a utilidade em algo subjetivo, em satisfação.

Pode-se observar que o mercado age como forma de transição entre os conteúdos desse conceito, pois, apesar de que o objetivo final das trocas dos homens seja realmente a satisfação das necessidades humanas (LANGE, 1986), antes deve existir algo concreto, que sirva e seja reconhecido como tal.

A esse ponto se faz necessário o esclarecimento do significado da utilidade para a Economia Política, que pouco utiliza a parte subjetiva deste conceito, pois o consumo das mercadorias interessa às outras ciências, como a psicologia, o marketing, a publicidade, etc. A relação entre o homem e o objeto não é o objetivo da Economia Política, mas sim a relação entre os homens, intermediada por eles. Apenas as relações sociais que giram em torno da produção e distribuição da riqueza (Ibid.). Entretanto, para as Teorias Neoclássicas e Keynesianas, o motor da análise econômica se alimenta da teoria subjetiva do valor, ou teoria do valor utilidade (ROLL, 1977).

2.2 – RIQUEZA

Quando Say definiu o que é riqueza, fez a seguinte afirmação:

[...] criar objetos dotados de uma utilidade qualquer é criar riqueza, visto que a utilidade desses objetos constitui o primeiro fundamento do seu valor e que seu valor é riqueza.

Mas não se criam objetos: a massa de matéria de que o mundo se compõe não poderia aumentar nem diminuir. Tudo o que podemos fazer é reproduzir essas matérias sob uma outra forma que as torna apropriadas a um uso qualquer que não possuíam anteriormente ou que simplesmente aumentam-lhes a utilidade que antes já podiam ter. Nessas circunstâncias, há criação de utilidade, não de matéria, e, visto que essa utilidade lhes confere valor, há *produção de riqueza*. (SAY, 1986, p. 68, grifo do autor)

Em seu livro *O Capital*, Karl Marx desenvolve um raciocínio lógico que nos permite saber que a origem da riqueza não está na sua utilidade, sendo esta apenas uma forma concreta daquela. O produto do trabalho humano é, por definição lógica, valor e valor de uso. Mas, sendo este último forma sensível do primeiro, a riqueza aparenta vir dele, mas sua essência não está nele, mas sim na coisa comum a todos os trabalhos de todos os homens: no do trabalho humano abstrato, no valor (MARX, 1996). O produto do trabalho humano é riqueza não por sua forma, mas sim pelo seu conteúdo.

3 – A TEORIA DOS FATORES DE PRODUÇÃO

3.1 – A ORIGEM

Say foi um dos teóricos precursores da mudança da visão fisiocrata da riqueza, baseada na agricultura, para a industrial. Neste trecho de seu Tratado ele fala:

Só por meio da indústria os homens podem ser providos, com alguma abundância, das coisas que lhes são necessárias e dessa multiplicidade de outros objetos cujo uso, sem ser indispensavelmente necessário, assinala, entretanto, a diferença entre uma sociedade civilizada e uma horda de bárbaros. Deixada a si mesma, a natureza só asseguraria de maneira imperfeita a existência de um reduzido número de homens (SAY, 1986, p. 71)

[...] Quando essa indústria se limita a colhê-los das mãos da natureza, chamamo-la de *indústria agrícola* ou simplesmente de *agricultura*.

Quando ela separa, mistura e modela os produtos da natureza para adaptá-los a nossas necessidades, denomina-se *indústria manufatureira*.

Quando coloca à nossa disposição os objetos de que necessitam e que, não fosse ela, estariam fora de alcance, é chamada de *indústria comercial* ou simplesmente *comércio*. (Ibid., p. 71, grifo do autor)

É notável a falta de rigor de seus conceitos, pois agricultura não se limita à colheita, mas também cultivo e plantio dos recursos naturais, podendo tornar-se até, de acordo com sua definição, indústria manufatureira. Além disso, confunde uma atividade que não cria valor (seja qual for a teoria do valor escolhida), a comercial, que tem a função de reduzir o tempo de circulação das mercadorias (RIBEIRO, 2006), com a indústria dos transportes, que se caracteriza pela condução das mercadorias de uma localidade à outra (MARX, 1996).

Na continuação de seu raciocínio, tenta ele explicar o funcionamento da economia capitalista da seguinte forma:

Dá-se o nome de *produtos* às coisas que a indústria foi capaz de criar. Seus criadores tornam-se, desse modo, possuidores de uma nova parcela de riquezas da qual podem usufruir [...]

Quer se empreste indústria, capital ou bem fundiário, essas coisas contribuem para a criação de um valor, seu uso tem um valor e habitualmente se paga pelo empréstimo.

O pagamento de uma indústria emprestada se chama *salário*.

O pagamento de um capital emprestado se chama *juro*.

O pagamento de um bem fundiário emprestado denomina-se *arrendamento* ou *aluguel*. (SAY, 1986, p. 71-83, grifo do autor)¹

Dessa maneira é concebida a teoria dos fatores de produção, baseada na teoria subjetiva do valor e utilizada pelos tomadores de decisões de políticas econômicas do governo, além de ser ensinada de forma massiva nas faculdades de economia.

3.2 – O SALÁRIO E O MISTÉRIO DO CAPITALISMO

Genericamente poderíamos dizer que o salário é a parte da riqueza criada que cabe ao trabalhador, mas é preciso ir mais fundo e descobrir o que alguns economistas dizem sobre isso:

[...] em uma primeira aproximação, explicamos como a taxa salarial de um trabalhador é determinada da mesma maneira que explicamos o preço de uma saca de trigo. (HALL; LIEBERMAN, 2003, p. 365)

O autor quis fazer referência ao mercado, onde aparentemente vigoram a maioria das leis econômicas. Mas essa grotesca comparação não pode ser levada a sério, pois são elementos qualitativamente diferentes. E com isso Samuelson concorda:

Um homem é muito mais do que uma mercadoria. No entanto, é verdade que os homens alugam seus serviços por um preço determinado. Esse preço é o salário, e de todos os preços é, de longe, o mais importante. (1975, p. 603)

E logo complementa:

Para a imensa maioria da população, o salário é a única determinante da renda familiar, e quando nos lembramos que grande parte da renda dos fazendeiros, de profissionais (como médicos e advogados) e de empresas que não as sociedades

¹ Neste caso podemos entender indústria como força de trabalho, mas em breve veremos qual o verdadeiro sentido dessa afirmação.

anônimas tem, na realidade, a forma de rendimento de trabalho, percebemos que os salários devem constituir quase 80% da renda nacional. (Ibid.)

Do ponto de vista da análise econômica esse é um dado importante, desde que seja mensurado de forma clara. Mas o fato que chamamos a atenção, e nenhum teórico que utiliza a teoria do valor utilidade irá desvendar, é a consideração real da importância do homem na atual forma de organização produtiva. O modo de produção, que ocupa atualmente a maior parte do mundo, é caracterizado pelo aumento do valor que foi gasto na compra das forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) em relação ao valor de venda das mercadorias por elas produzidas. A esse valor que tem como essência o seu crescimento Marx chamou capital (MARX, 1996). Isso se dá pela exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, através do movimento do valor capital, no qual se dá a criação, quando esse assume a forma de capital produtivo, e expropriação, quando assume as formas de capital mercadoria e capital dinheiro, de um valor excedente (RIBEIRO, 2006). Excedente, pois o valor de uso da mercadoria força de trabalho é criar valor, sendo que este é dividido em trabalho pago (quantitativamente igual ao valor da força de trabalho, ou seja, aos meios para reprodução do trabalhador), e assume a forma de salário, e trabalho não pago (que fica nas mãos do empresário), sendo este último um sobre valor. Esse valor adicional criado, e que é apropriado pelo capitalista, Marx chamou mais valia. Esse é o mistério do capitalismo, o da criação incessante de valor, pois a reprodução constante das condições acima descritas impossibilita aos trabalhadores de conseguirem seus meios de viver, tendo que novamente, após cada ciclo do valor capital, vender sua força de trabalho.

A utilização da palavra salário, por parte dos adeptos da teoria dos fatores de produção, esconde o processo de valorização que ocorre na produção capitalista, pois aparenta que o comprador está pagando pelo trabalho do funcionário, por todas as horas de trabalho, mas na verdade o que ele paga é apenas a parte relativa ao valor da força de trabalho.

Descoberto isso podemos passar à análise dessas três formas de manifestação de um só conteúdo: o lucro, o juro e a renda da terra.

3.3 – O LUCRO, O JURO E A RENDA DA TERRA

[...] Permitir que se conheça a *distribuição da renda*, isto é, o modo de como é repartido o total que o país produz [...]

Também pode ser feito segundo a função que cada um desempenhou no processo produtivo.

Em termos gerais, são quatro os setores a participar desta distribuição da Renda Nacional: operários e empregados, patrões e empresários, proprietários de terras e de capital ou capitalistas.

Cada qual recebe uma parte da Renda Nacional por ter concorrido com algo para o processo produtivo.

Os operários e empregados contribuíram com seu trabalho, os empresários criaram as condições para combinar os diversos fatores de produção; os donos de terras cederam suas propriedades; os capitalistas proporcionaram o dinheiro para se produzir.

A parte da Renda atribuída a cada grupo tem nomes diferentes: aos operários e empregados correspondem *salários* e *ordenados*; aos empresários os *lucros*; aos

donos de terras a *renda terra*; ao capitalista o *juro*. (PINTO; FREDES; MARINHO; 1987, p. 112, grifo do autor)

Para o capitalista, o lucro é simplesmente a diferença entre o que foi gasto e o que foi ganho. Ele não percebe donde realmente surgiu essa diferença, pois no ato de compra da força de trabalho o preço pago ao trabalhador assume a forma salário, a qual é tida como o preço do trabalho. Ora, se foi pago o preço do trabalho e foram comprados os meios de produção, então foi exatamente este o consumido pelo comprador. Mas então de onde vem o lucro? Alguns economistas argumentam:

O lucro, necessário a toda empresa privada, é constituído pela possível margem favorável existente entre o custo e o preço de venda (Ibid., 1987, p. 80)

Então será essa margem favorável uma forma de engano que nós consumidores estamos sofrendo? Pois se foram pagos os preços de todos os fatores, o que legaliza a obtenção de “uma margem favorável”? Pindyck & Rubinfeld nos explica a origem desse retorno superior ao custo:

Para uma empresa, o lucro é a diferença entre a receita recebida e seus custos de oportunidade. (2002)

Mas como é medido esse custo de oportunidade? Quem responde é Varian:

A taxa de juros mede o custo de oportunidade dos recursos – o valor dos usos alternativos de seu dinheiro. (2003, p. 213)

Esta seria uma boa forma de validar a existência do lucro capitalista, pois o empresário se arrisca quando junta seus meios de produção e seu dinheiro aos trabalhadores, para que estes trabalhem para ele. Podendo ele estar utilizando seus recursos indo à praia, fazendo uma viagem, ou então ele próprio poderia trabalhar para ter maiores garantias de retorno, aumentando mais ainda sua vantagem sobre os outros concorrentes. Mas não, ele está sendo um bondoso homem, dando emprego aos que precisam quando cria “as condições para combinar os diversos fatores de produção” (PINTO; FREDES; MARINHO, 1987, p. 112).

Outro fato que merece atenção é a tendência de algumas teorias de esconder o fenômeno lucro dos estudos econômicos, coisa que é vista nas citações acima (Say, Pindyck, Rubinfeld, Varian e Heilbroner), pois com a introdução de conceitos subjetivos de custos e a criação de remunerações para os capitalistas a diferença entre as despesas e a receita obtida se torna, na teoria econômica, cada vez mais manipulável, disfarçando cada vez mais a exploração que move este sistema e prejudicando a análise dos fatos:

Na prática contábil, os lucros não são apresentados como uma despesa; para nossos propósitos, entretanto, será realmente legítimo e muito útil considerar os lucros como um tipo de fator que é pago aos empresários por sua função de assumir riscos. (HEILBRONER, 1981, p. 61)

Durante o ciclo do valor capital, o dinheiro, por sua destinação, torna-se capital (valor em crescimento), pois é destinado à compra dos meios de produção e força de trabalho. Logo que entra em funcionamento, o capital assume a forma produtiva e divide-se em capital constante, que se caracteriza pela transferência do valor contido em si, são os instrumentos, edificações, máquinas, etc.; e capital variável, que cria valor (força de trabalho). Após isso, o capital toma um corpo de mercadoria, fruto de sua forma anterior. Mas, como vimos, o valor de uso da força de trabalho é criar mais valor do que lhe foi pago e esse valor novo necessita ser materializado

(como toda mercadoria), e de nada servirá ao capitalista o capital sob este corpo. Para isso o burguês precisa ir ao mercado e vender o produto do trabalho de seus empregados, realizando assim a mais valia criada, a qual assumirá a forma de lucro (MARX, 1996).

Entretanto alguns empresários não têm como adiantar todo o valor necessário para o início do movimento da produção. Para isso ele recorre a outro tipo de capital, ao capitalista bancário, o qual tem uma mercadoria especial, que traz *de per se* a necessidade de crescer: a mercadoria capital sob a forma dinheiro. A característica funcional da mercadoria capital é a de possibilitar ao capitalista ativo a aquisição da força produtiva, para que este possa pô-la em movimento e desta forma obter seu lucro, que deverá ser dividido, entre ele, o empresário, e o banqueiro, que lhe adiantou o capital investido. Esse pagamento deve ser feito após o ciclo do capital ter se encerrado, tomando assim a forma de empréstimo. O preço pago pelo produtor é chamado de juro e ele não tem por base a teoria do valor, tendo sua determinação na lei da oferta e da procura (Ibid.). No caso do dono do capital bancário, seu valor cresceu sem a necessidade de passar por todas as fases da metamorfose do capital (dinheiro, produtivo e mercadoria), isso faz com que, aparentemente, ele tenha a propriedade de remunerar o risco que correu em emprestar seu dinheiro, não tendo importância o como ele foi utilizado.

Outro fator que contribui para a criação da riqueza é a terra. Como meio de produção, a terra age como qualquer outro componente do capital constante, apenas transferindo seu valor. Funciona da seguinte forma: um fazendeiro tem determinada porção de terra, e as arrenda para outros produtores. Estes por sua vez produzem utilizando-a sob as condições capitalistas, tendo seu lucro, como qualquer outro capitalista. Todavia, parte desse lucro deve ser dada ao fazendeiro, sob a forma de renda da terra. Novamente o pagamento deve ser feito após o ciclo do capital ter se encerrado, podendo tomar também a forma de empréstimo. Isso pode ser explicado pelo adiantamento de parte do capital produtivo necessário à produção dos arrendatários. Ou seja, a mercadoria capital assume a forma de mercadoria capital produtivo. Mas, por ser um monopólio natural, ou seja, existir em quantidade limitada e que em sua maioria pertence a alguém, esse fator tem a peculiaridade de propiciar ao seu proprietário, seja ele produtor ou prestamista, a renda da terra, a qual é representada pela diferença entre o preço de produção de mercado do produtor agrícola, que calculado a partir da taxa de lucro média, e o preço de mercado de suas mercadorias, preço de venda.

4 – CONCLUSÃO

Como podemos ver há uma mistificação na teoria dos fatores de produção na tentativa de explicar o modo de produção capitalista, pois não consegue identificar a verdadeira origem de cada uma das remunerações feitas à cada elemento do processo produtivo. Há apenas a observação dos fenômenos em nível aparente, não sendo levada em consideração a essência de cada fenômeno e as leis que regem o sistema capitalista. Simplesmente tem-se uma relação natural como se cada fator tivesse uma propriedade inata de colher uma remuneração (seja qual for seu nome), assim como de uma mangueira é colhida a manga.

Mas existe uma teoria que desvende todas as relações econômicas que são mascaradas por esta doutrina, dispersando qualquer névoa por ela criada. Através de um desenvolvimento lógico e histórico Marx mostrou como o produto do trabalho humano é criado e distribuído, desvendando as várias faces do modo de produção capitalista.

5 – REFERENCIAS

HALL, R.E.; LIEBERMAN, M. **Microeconomia: Princípios e Aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.

HEILBRONER, R.L. **Elementos de Macroeconomia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

LANGE, O. **Moderna economia política**. São Paulo: Vértice, 1986

MARX, K. **O capital, livros I, II e III** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PINTO, A.; FREDES, C.; MARINHO, L.C. **Curso de Economia: Elementos de Teoria Econômica**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Unilivros, 1987.

ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RIBEIRO, N.R. **O Capital em movimento: ciclos, rotação, reprodução**. 4ª ed. João Pessoa: Edição do PPGE-CME, 2006.

SAMUELSON, P. **Introdução à análise econômica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

VARIAN, H. **Microeconomia: Princípios Básicos**. Tradução da 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.